

NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Léo Matei Baschiroto

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A678 Áreas protegidas e turismo / Organizadores Nilzo Ivo Ladwig, Juliana Debiasi Menegasso. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0313-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.135221307>

1. Proteção ambiental. 2. Turismo. I. Ladwig, Nilzo Ivo (Organizador). II. Menegasso, Juliana Debiasi (Organizadora). III. Título.

CDD 333.714

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Natureza e sociedade; áreas protegidas e seus valores

Por que precisamos da natureza?

Pelo paradigma dos parques nacionais, desde aproximadamente há um século e meio, a visitação era praticamente tão importante quanto a conservação. Era a sociedade que se urbanizava e sentia falta da interação com a natureza. No início desse modelo, embora se apreciasse a importância e a riqueza da fauna e da flora, não estava estabelecido o uso do conceito de biodiversidade. A paisagem, cênica, era um indicativo fundamental da importância da área a ser conservada. Ainda mais que, por trás do conceito de parques nacionais, vinham os interesses de demarcação e domínio, particularmente nos países das 'novas Europas', em consolidação territorial.

Hoje entendemos que há múltiplos benefícios oferecidos pela natureza conservada, como mostrado pela organização conceitual dos serviços dos ecossistemas, pela Avaliação do Milênio sobre Ecossistemas (no início deste século), e pelo conceito atual de soluções baseadas na natureza. Ainda que com fortes relações com os esforços para minimização e enfrentamento às mudanças climáticas, essas soluções são aplicáveis muito mais amplamente. E geralmente são mais apropriadas do que aquelas somente baseadas em obras, engenharia e tecnologias distantes dos processos ecológicos. As soluções baseadas na natureza tendem a ser mais adaptáveis, eficazes, baratas e podem oferecer resultados mais rápidos.

A biodiversidade e os processos ecológicos, em suas concepções mais atuais, se agregam a vários outros valores da natureza conservada, como proteção de águas, paisagens, reservas de recursos naturais e uma gama de valores culturais. De fato, se a degradação da natureza é produto dos modelos de desenvolvimento adotados pela humanidade, parece claro que houve uma ruptura conceitual, mais marcante, entre natureza e sociedade, pela Revolução Industrial. Com isso, tendemos a dissociar elementos que são intrinsecamente associados e adotamos a perspectiva equivocada de que a tecnologia humana poderia resolver qualquer problema, sozinha.

Cada vez fica mais claro que a natureza conservada é fundamental para o bem-estar humano (psicológico e físico, se for possível separar). Desde as paisagens mais agradáveis, a promoção da 'respiração' das cidades e o estímulo a atividades ao ar livre e à socialização, até a pesquisa, o conhecimento e a educação, o lazer e as funções de minimização de danos de desastres (que alguns ainda chamam de 'naturais'), passando pelo uso sustentável por comunidades tradicionais, entre tantas outras razões.

Mas não devemos desconsiderar os valores culturais, inclusive místicos. Ainda que existam passagens sobre o domínio da humanidade sobre a natureza, nos conceitos,

nos textos ou na tradição oral de crenças e religiões, em praticamente todas elas existem também a relação entre elementos naturais e divindades e a responsabilidade de cuidar da natureza, por muitos considerada 'obra de deus'. As histórias dos lugares (locais com relações culturais e eventualmente emocionais) estão impregnadas de valores culturais dos elementos naturais. O próprio conceito de paisagem, em muitas perspectivas, implica na relação entre pessoas e o meio.

Essas relações voltaram a aflorar com o novo paradigma das áreas protegidas, declarado como reconhecido ao redor de 2003, e a recuperação da história das áreas protegidas prévia ao modelo dos parques nacionais. A própria ciência e os esforços de conservação são produtos da matriz cultural de cada uma das sociedades (ou 'civilizações', segundo alguns).

Isso sem mencionar as perspectivas que reconhecem os direitos da própria natureza. É interessante observar, pelo indicador das recentes constituições nacionais (documentos legais maiores) de países da América do Sul (Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia e agora o processo no Chile), como a relação com a natureza vem ganhando melhor espaço, em associação com a melhoria do reconhecimento de direitos sociais, inclusive ao 'bem-viver'.

Por que precisamos das áreas protegidas?

Se a destruição da natureza é fruto de processos sociais, igualmente o são os esforços para a sua conservação. Ainda que possamos concordar com a dificuldade de entender ou aceitar uma sociedade que precisa 'cercar' (ou delimitar) uma área natural para protegê-la de si mesma, devemos admitir que, num mundo em geral não sustentável, as áreas protegidas (no seu conceito internacional, similar à definição legal de unidades de conservação no Brasil) tem funções fundamentais. Elas são o principal mecanismo já inventado pela humanidade para a conservação da natureza e sua biodiversidade, incluindo valores culturais associados. Mas, como ficou claro no modelo dos parques nacionais, são também um dos melhores instrumentos para permitir ou promover o acesso da sociedade aos benefícios da natureza conservada.

Com a evolução dos conceitos e das práticas associados à governança e à gestão das áreas protegidas, as possibilidades e propósitos da sua visita se ampliaram e se diversificaram. Nessas relações entre sociedade e natureza, viabilizada pelas áreas protegidas, os motivos e interesses são múltiplos. A própria sociedade é cada vez melhor reconhecida nas suas diversidades. E cada lugar, cada área protegida, deve ter uma visita associada às suas condições e particularidades.

Como em todas as atividades humanas, o turismo pode trazer benefícios, mas traz também riscos potenciais. Uma das vantagens claras das áreas protegidas é promover o desenvolvimento local ou regional, sobretudo considerando os potenciais do turismo. Não obstante, se a visita atual nas áreas protegidas deve considerar a multiplicidade de interesses e a diversidade de oportunidades, o turismo deve ter fortes relações com

os lugares. O desenvolvimento a partir do turismo de natureza deve ser sustentável e particularizado. Cada visita deve propiciar experiências diferentes, talvez complementares, eventualmente progressivas, mas específicas. É a associação entre natureza e história e valores culturais. Promover o desenvolvimento a partir das características da sociedade local e respeitar os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Hoje se reconhece melhor a diversidade própria das unidades de conservação, assim como outros tipos de áreas protegidas e conservadas. A própria Convenção sobre a Diversidade Biológica estimula considerar a importância e a integrar outros mecanismos espaciais eficazes de conservação (ou áreas conservadas) em sistemas, articulados com os sistemas de unidades de conservação. Praticamente em todas as categorias de gestão (principalmente em relação a conjuntos de objetivos) e tipos de governança (principalmente em relação ao protagonismo de diferentes atores sociais) de unidades de conservação podem receber visitação, ainda que cada um com características e limitações próprias. O mesmo potencialmente ocorre com outros tipos de áreas protegidas e conservadas.

O conceito de território é diversificado segundo as disciplinas, mas traz em si algo de domínio sobre um espaço e seus elementos. A própria Constituição Brasileira de 1988 determina a definição de espaços territoriais especialmente protegidos em todas as unidades da federação e define a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado como responsabilidade do poder público e da sociedade. (Ou seja, não o define com características discricionárias, mas como um 'poder-dever' de todos, inclusive de todas as instâncias governamentais, nos três poderes, nos três níveis, na medida da defesa da qualidade ambiental.) Com os tipos de governança de áreas protegidas e conservadas e com o melhor reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, temos o fortalecimento do seu direito aos seus territórios.

Assim, áreas protegidas, paisagens, territórios e bem-estar estão intrinsicamente relacionados.

Que desafios se nos apresentam?

Se o direito à qualidade ambiental, à natureza conservada e ao acesso aos seus benefícios são direitos cada vez mais fortemente reconhecidos como de todos, parte dos direitos humanos fundamentais, e se muitos reconhecem os direitos da própria natureza, cabe à governança e à gestão das áreas protegidas, sobretudo em seus sistemas e outros conjuntos, promover a sua adequada distribuição, servir para promover a equidade, contribuir para a redução das desigualdades de todos os tipos.

Se é fundamental para a biodiversidade e para a minimização das mudanças climáticas, entre outras razões, a manutenção de grandes áreas conservadas, bem conectadas e integradas em suas (sub)regiões, é cada vez mais importante, para uma parcela cada vez maior da sociedade, a presença de diferentes tipos de áreas protegidas em cidades, em zonas periurbanas ou próximo a elas. Destacam-se funções de lazer, de

qualidade da vida urbana, da promoção da saúde e do bem-estar e do enfrentamento às mudanças climáticas.

Precisamos de verdadeiros sistemas e subsistemas de unidades de conservação, efetivamente funcionais (como queremos ter para a saúde, para a educação, para os transportes etc.) e seu relacionamento com outros tipos de áreas protegidas e conservadas. As categorias de gestão e os tipos de governança de áreas protegidas devem ser entendidos como complementares, com resultados alcançados por sua sinergia. A boa governança, a equidade com distribuição local de benefícios, as equipes especializadas e dedicadas e os recursos econômicos regulares são indispensáveis para uma boa gestão dos conjuntos de áreas protegidas.

Um dos principais equívocos na gestão das áreas protegidas é promover o afastamento, a desconexão da sociedade. Todas as soluções, desde o bem-estar humano até a eficácia dos sistemas de áreas protegidas, dependem da reconexão da sociedade com a natureza e sua valorização. Precisamos de uma conservação colaborativa.

PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS E NO TURISMO

A compreensão do contexto dos nossos parques nacionais, os conflitos gerados pela conservação, que podem normais ou exacerbados pela má governança, mas que devem ser considerados na gestão, a relação das áreas protegidas com seu entorno, a diversidade de elementos de interesse, a percepção da sociedade sobre os elementos naturais, as prioridades de conservação, os conhecimentos tradicionais, as relações entre áreas protegidas e pesquisa, conhecimento e educação e áreas urbanas, os potenciais e riscos econômicos e culturais do turismo são frentes muito importantes na necessidade da boa gestão e da boa governança de cada unidade de conservação e dos sistemas de áreas protegidas e conservadas.

O magnífico livro preparado por Ladwig e Menegasso traz elementos fundamentais, tanto de entendimento da realidade que temos, estudando sua história, a percepção da sociedade, como projeção de necessidades, diretrizes e possibilidades futuras.

Boa leitura! Bom proveito! Boas ações!

Cláudio C. Maretti¹

¹ Pesquisador, pós-doutorando sobre conservação colaborativa e áreas protegidas, na Geografia da USP, consultor e voluntário. Ex-dirigente de sistemas de áreas protegidas, coordenador do congresso latino-americano de 2019 (III CapLac), membro do Comitê de Especialistas da Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas para o Brasil e da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN.

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos à comunidade acadêmica é resultante do XII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial (SPPGT), que ocorreu em 2021, de forma remota, em função da pandemia COVID-19. O evento é organizado anualmente pelo Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e pelo Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS).

A edição de 2021 teve como temática Paisagem e Território, termos que são normalmente aceitos como um caminho na promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas de planejamento, do local ao regional.

O XII SPPGT foi organizado em formato de Grupos de Trabalhos (GTs), sendo que os GTs de Paisagem e Território em Áreas Protegidas e Paisagem e Território no Turismo, promoveram discussões considerando, áreas protegidas como um conjunto mais amplo de espaços geográficos protegidos que abrangem as unidades de conservação, área de preservação permanentes, reservas legais, territórios indígenas e quilombolas e os Geoparques Mundiais da Unesco, suas relações com o turismo, uma vez que a paisagem assume papel central na atração de turistas, sendo importante no planejamento e na gestão territorial.

A socialização dos resultados do Seminário é peça fundamental na construção de uma ponte entre as universidades, os pesquisadores e a comunidade. O evento continua mantendo a proposta inicial desde a primeira edição do SPPGT, em 2010, que sempre foi a de trabalhar interdisciplinarmente, buscando sua consolidação e o reconhecimento nacional, e recebendo participantes, apresentadores e palestrantes de diversas áreas científicas e regiões do País. Fruto disso, foi o apoio da Capes e da Fapesc, juntamente com outros apoiadores, mostrando um caminho de excelência em pesquisa. O livro está dividido em 14 capítulos, o capítulo de abertura traz a evolução conceitual dos parques nacionais brasileiros.

O livro segue abordando os conflitos socioambientais em áreas protegidas, a evolução conceitual na legislação das zonas de amortecimento, as ameaças ao geopatrimônio decorrentes do uso inadequado de geoparques, impactos socioeconômicos gerados pelo turismo no entorno de parques, a necessidade de políticas públicas voltadas para o turismo, a importância do mapeamento das paisagens turísticas e a da educação turística.

Nosso singelo agradecimento a todos e todas que estão desde o início nessa empreitada, bem como àqueles que vêm se incorporando ao nosso projeto de debate e divulgação científica. Vale destacar também a grata participação da Capes e da Fapesc, o fomento disponibilizado por ambas foi importante para a qualificação do evento. Nossos cordiais agradecimentos aos apoiadores institucionais, às empresas, às pessoas e às

entidades, pois, destes dependemos para a correta harmonia entre o planejamento e a execução do seminário e desta publicação.

Uma boa leitura e até a próxima publicação!

Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

SUMÁRIO

PARTE I - PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS

CAPÍTULO 1..... 1

EVOLUÇÃO CONCEITUAL DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Flávia Alves Moreira

Carolina Ribeiro Gomes

Wanderley Jorge Silveira Júnior

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213071>

CAPÍTULO 2..... 20

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS: O ESTUDO DE CASO DE QUATRO PARQUES NACIONAIS EM MINAS GERAIS-BRASIL

Flávia de Araújo Neri

Wanderley Jorge da Silveira Junior

Cléber Rodrigo de Souza

Alessandra Rezende Pereira

Natália Oliveira Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213072>

CAPÍTULO 3..... 35

ZONA DE AMORTECIMENTO EM ÁREA NATURAL PROTEGIDA: EVOLUÇÃO CONCEITUAL NA LEGISLAÇÃO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

Sther do Carmo Haramoto

José Emilio Zanzirolani de Oliveira

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213073>

CAPÍTULO 4..... 49

AMEAÇAS AO GEOPATRIMÔNIO DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL (RS/SC)

Marina Tamaki de Oliveira Sugiyama

Maria Carolina Villaça Gomes

Jairo Valdati

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213074>

CAPÍTULO 5..... 68

A SUBJETIVAÇÃO E O ESAZIAMENTO DE SIGNIFICADO DOS ESPAÇOS NATURAIS NA HIPERMODERNIDADE DISTÓPICA: O PARADOXO DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA

Demétrio Ribeiro de Andrade Neto

Márcia Santos Ramos Berreta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213075>

CAPÍTULO 6..... 87

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, SANTA CATARINA, BRASIL

Nícolas Firmiano Flores
Marcelo Dutra de Farias
Fátima Elizabeti Marcomin
Rodrigo Rodrigues de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213076>

CAPÍTULO 7..... 105

CONHECIMENTO TRADICIONAL DE RAIZEIROS E USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS: UM ESTUDO DE CASO DA SERRA DE SÃO JOSÉ, MINAS GERAIS

Geovana Fernanda Joana
Wanderley Jorge da Silveira Junior
Thallita Mayra Soares Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213077>

CAPÍTULO 8..... 121

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CUIÁ NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB

Felipe Salles Pinto
Gabriel Souza de Lira
Henrique Elias Pessoa Gutierrez
Joel Silva dos Santos
Lucas Gabriel Feitosa Dantas
Virginia Maria Magliano de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213078>

CAPÍTULO 9..... 131

A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL EM CAMPINAS, SÃO PAULO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Ricardo Silveira Orlando

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213079>

PARTE II - PAISAGEM E TERRITÓRIO NO TURISMO

CAPÍTULO 10..... 147

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS GERADOS PELO TURISMO: UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DO PARQUE DE IBITIPOCA

Monah Rhemann Baeta
Thallita Mayra Soares Fernandes
Flávia Alves Moreira
Geraldo Majela Moraes Salvio
Wanderley Jorge da Silveira Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130710>

CAPÍTULO 11	162
POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: AS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-SC	
Egar Preis Junior	
João Henrique Zanelatto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130711	
CAPÍTULO 12	177
CICLOTURISMO E PAISAGEM A PARTIR DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (SANTA CATARINA, BRASIL)	
Karina Martins da Cruz	
Caroline da Graça Jacques Paulino	
Dimas de Oliveira Estevam	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130712	
CAPÍTULO 13	190
MAPEAMENTO DAS PAISAGENS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO – GOIÁS - BRASIL	
Alfredo Arantes Guimarães Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130713	
CAPÍTULO 14	206
EDUCAÇÃO TURÍSTICA: A PAISAGEM NO SABER-FAZER TURÍSTICO	
Alison Sapienza de Oliveira Valadão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130714	
SOBRE OS ORGANIZADORES	218

CAPÍTULO 10

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS GERADOS PELO TURISMO: UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DO PARQUE DE IBITIPOCA

Data de aceite: 02/05/2022

Monah Rhemann Baeta

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais–
Campus Barbacena

Thallita Mayra Soares Fernandes

Doutoranda em Teoria da literatura e Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do programa Doutorado Nota 10 da FAPERJ

Flávia Alves Moreira

Grupo de Pesquisa em Áreas Protegidas (GAP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais–
Campus Barbacena

Geraldo Majela Moraes Salvio

Grupo de Pesquisa em Áreas Protegidas (GAP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais–
Campus Barbacena

Wanderley Jorge da Silveira Junior

Grupo de Pesquisa em Áreas Protegidas (GAP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais–
Campus Barbacena

RESUMO: O uso público em algumas categorias de Unidades de Conservação é de suma importância para o desenvolvimento local, já que o turismo possui efeito multiplicador e gera renda para a Unidade e seu entorno. No entanto, é necessário que haja um planejamento efetivo

em todos os âmbitos para se evitar impactos negativos. Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a atividade turística e os impactos socioeconômicos causados na Vila dos Moreiras, impulsionados pelo Parque de Ibitipoca, Minas Gerais, já que a mesma está localizada em sua zona de amortecimento e apresenta fluxo turístico. Por meio da abordagem qualitativa, bibliográfica, digital, documental e entrevista com moradores foi possível analisar o local e entender como se dá a relação da comunidade com o turismo, e como o mesmo interfere na dinâmica socioeconômica. Desse modo, a partir da identificação das potencialidades e pontos a serem melhorados, sugere-se maior participação dos órgãos públicos e da própria gestão do Parque, busca de parcerias com instituições privadas e de ensino com o objetivo de estimular e fomentar o turismo local, além de contribuir para o empoderamento e a própria identidade cultural dos moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Área Protegida; Desenvolvimento Socioeconômico; Ecoturismo.

INTRODUÇÃO

Desde os tempos remotos o ser humano e o meio ambiente estiveram em constante interação, tendo como principal objetivo o próprio sustento. Essa relação do homem com o seu meio, além de despertar uma série de estudos no que tange a conservação e preservação, também gera a possibilidade de desenvolvimento econômico que, em muitas vezes, acarreta crescimento desordenado,

originando resultados catastróficos (SANTOS, 2014). Diante disso, houve a necessidade do estabelecimento da conservação *in situ*, realizado por meio da criação de Áreas Protegidas (AP), como forma de preservar e assegurar a sobrevivência e a diversidade de espécies da fauna e flora (CHAPE *et al.*, 2008).

O Brasil, foi um dos países que mais tardiamente aderiu à criação de Áreas Protegidas (AP), apenas aqui, um dos mais importantes tipos de AP, são chamadas de Unidades de Conservação (UC). Somente a partir dos anos 30, que houve um significativo avanço em relação à conservação ambiental. Esta década foi marcada por movimentos organizados voltados à proteção da natureza, construção de uma nova política ambiental, criação do Código Florestal e do primeiro Parque Nacional, o do Itatiaia (MEDEIROS, 2005). Mesmo com aparente avanço nos aspectos ambientais, esse processo de criação de AP foi lento e cheio de divergências. Apenas em 2000, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, que conceituou esse tipo de Área Protegida criando doze categorias distintas separadas em dois grandes grupos, Proteção Integral e Uso Sustentável. No primeiro, seus recursos são utilizados de forma indireta e são voltadas para a preservação da natureza. No segundo, o objetivo é a conservação e uso direto de parcela de seus recursos naturais (BRASIL, 2000). Algumas categorias de UC permitem a entrada de visitantes e tem o turismo como um dos objetivos e fator gerador de renda para a Unidade e seu entorno (SÁLVIO *et al.*, 2020).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável por administrar as UC federais e grande parte dessas áreas são destinadas à visitação e recreação. Segundo o Instituto, os gastos dos turistas geram desenvolvimento econômico para as Unidades e as comunidades do seu entorno, desse modo, demonstra que a atividade turística apresenta um efeito multiplicador na economia (ICMBio, 2022).

De acordo com Beni (2001), o turismo é capaz de promover e difundir informações de determinada região, apresentar novas perspectivas sociais, desenvolver a economia e aprimorar os aspectos naturais, culturais e sociais; além de proporcionar o contato com outras culturas e povos. Dessa forma, mesmo que existam impactos negativos, pode-se afirmar que as atividades turísticas são capazes de impactar positivamente e proteger os recursos naturais, desde que haja um planejamento efetivo e participação de todos envolvidos.

Mas nem sempre ocorreu dessa maneira. Por volta de 1960, o turismo era considerado uma atividade econômica lucrativa, tanto em termos econômicos quanto em baixo impacto de poluição e degradação ambiental. Naquela época, foi realizada uma campanha na qual se divulgava a ideia de turismo como uma atividade com crescimento quase ilimitado, tendo o turismo de massa como um fator positivo (FERRETTI, 2002).

Esse conceito dos benefícios trazidos pela prática de atividades turísticas em áreas naturais surgiu na Inglaterra, a partir do desenvolvimento ocasionado pela Revolução Industrial, no século XVIII, a qual “introduziu na sociedade moderna um modelo econômico

que tem como seu objetivo principal a geração de renda, por meio da expropriação e exploração dos recursos naturais” (DIAS, 2003, p.12).

O grande problema que se enfrenta, e o maior motivo de preocupação é justamente o uso desses locais para atividades turísticas. Embora o turismo seja de grande importância na promoção de benefícios socioeconômicos, este deve ser bem planejado para se evitar um resultado contrário ao esperado. A prática turística, quando bem administrada, apresenta impactos positivos superiores aos negativos, trazendo benefícios tanto à natureza quanto à população local (IGNARRA, 2001).

A participação da população no desenvolvimento turístico e socioeconômico com principal intuito de preservação da área ambiental é de grande valia, pois quando percebem os benefícios trazidos pela proximidade a Áreas Protegidas junto à preocupação dos gestores em apoiá-los em suas necessidades, passam a colaborar mais com a proteção dos recursos naturais. As comunidades se sentem mais valorizadas e integradas às UC quando participam do processo de desenvolvimento: contratações locais, apoio aos serviços sociais, cursos e capacitações são alguns exemplos de inclusão social e participativa (DIAS, 2003).

No que diz respeito aos impactos ambientais, não existe um equilíbrio favorável entre o movimento turístico e o meio ambiente. Fatores como poluição das águas, poluição do ar por emissão de gases, tipos e intensidade de visitação, lixo e resíduos sólidos produzidos por turistas, danos físicos à estrutura dos solos como o assoreamento e erosão são agentes que impactam negativamente o ambiente (MENEZES, 2015).

Conforme Ruschmann (1997), o turismo massivo contribui para agressões socioculturais nas comunidades receptoras e o aumento da criminalidade. E, ainda segundo a autora, não são só os visitantes que impactam negativamente, a infraestrutura turística construída para atendê-los, também são capazes de provocar danos irreversíveis ao ambiente.

Outra consequência negativa que pode ser gerada pela atividade turística, no que diz respeito à participação local, é a forma excludente de lidar com os moradores locais, ou autóctones, conforme Krippendorf (2001) os denominam. Os estudos na área geralmente apontam benefícios voltados apenas para os turistas, deixando a população local à margem da situação, predominando sempre o interesse econômico. A princípio, o autóctone vê o turismo como uma oportunidade, algo capaz de transformar sua realidade econômica, mas ao se estabelecer a atividade no local podem começar a surgir algumas disparidades.

Junto ao turismo, chegam empreendedores externos nas comunidades locais com o intuito de atender a demanda por meio de serviços e infraestruturas que não condizem com a realidade local. Para isso, são importadas mãos de obra qualificadas e compra de imóveis e terrenos por valores irrisórios, deixando os autóctones completamente à parte, ou com uma pequena participação dentro desse processo (KRIPPENDORF, 2001).

Desse modo, sabendo-se que o turismo é uma atividade prioritariamente econômica

para as comunidades receptoras, é preciso desenvolver a consciência de todos os envolvidos para se evitar um desenvolvimento de apenas uma das partes. O turismo enquanto atividade humana visa resultados equitativos, assim como em uma relação comercial, onde ambas as partes tem suas necessidades atendidas (SANTOS, 2014).

Segundo Krippendorf (2001, p.147), “Harmonizar o desenvolvimento turístico implica, antes de tudo, desembaraçar o nó dos interesses, muitas vezes contraditórios, e estabelecer uma ordem de prioridades.” Essas prioridades que o autor fala, envolvem as pessoas interessadas e os objetivos que cada uma delas almeja atingir com o desenvolvimento do turismo.

Essa relação de equilíbrio entre as partes também pode ser confirmada por Ruschmann (1997), quando ela diz que o turismo e o meio ambiente devem estar bem alinhados para se evitar a degradação de ambos. Sendo assim, o Estado é o principal responsável em aplicar as leis e certificar que elas estão sendo cumpridas.

No entanto, para que haja tal ponto de equilíbrio, é fundamental a participação e contribuição de todos os envolvidos em prol do desenvolvimento e proteção dos atrativos naturais. E, para que os benefícios gerados pelas atividades turísticas não sejam apenas de ordem econômica, eles também devem promover a conservação natural, cultural e inclusão social, com participação da comunidade local nos processos de decisão (BOTELHO; DAIBERT; MORAES, 2006).

Dentro da perspectiva de estudar o turismo em uma Unidade de Conservação, foi escolhido o Parque de Ibitipoca (PEIB), em específico, sua zona de amortecimento. O PEIB está situado no estado de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Lima Duarte, Santa Rita de Ibitipoca e Bias Fortes. O Parque, além de ser uma Área Protegida de suma importância para a região da Zona da Mata, apresenta em seu entorno comunidades que se beneficiam com o turismo. Dentre elas está a Vila dos Moreiras, ou só Moreiras, como os moradores denominam, distrito de Santa Rita de Ibitipoca, área de estudo dessa pesquisa.

Tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento geradas pelo turismo e também suas consequências, a Vila dos Moreiras apresenta fluxo turístico, mesmo que de forma bem reduzida se comparado ao PEIB. Contudo, a pesquisa buscou verificar se os turistas que visitam o local advêm do Parque, atraídos pela queda da Cachoeira Janela do Céu e a Serra da Água Santa, onde há cachoeiras, grutas e prática de esportes de aventura. E principalmente, se esse fluxo de turistas está interferindo na dinâmica socioeconômica do vilarejo. Sendo assim, o presente trabalho teve por objetivo avaliar a atividade turística e os impactos socioeconômicos causados na Vila dos Moreiras, impulsionados pelo Parque de Ibitipoca.

MATERIAIS E MÉTODOS

Caracterização da área de estudo

O Parque de Ibitipoca (PEIB) está situado na Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Lima Duarte, Santa Rita de Ibitipoca e Bias Fortes. Está localizado a 260 km do Rio de Janeiro, 340 km de Belo Horizonte e 470 km de São Paulo (IEF, 2007). A Vila dos Moreiras pertence ao Município de Santa Rita de Ibitipoca, localizada na zona de amortecimento do PEIB (figura 1). Está a cerca de 15 km de distância da sede do município e 13,4 km do PEIB. O local apresenta dois atrativos turísticos: A Serra da Água Santa e a queda da Cachoeira Janela do Céu. Estas se encontram dentro de terrenos particulares, nos quais são cobrados taxa de visitação. A Serra da Água Santa conta com cachoeiras, grutas, construções históricas da época da escravidão e dispõe de beleza cênica. O local também é propício para prática de esportes de aventura como salto de parapente, trilhas a pé e para automóveis com tração nas quatro rodas.



Figura 1: Localização do Parque de Ibitipoca em Minas Gerais e municípios que ele abrange, e Vila dos Moreiras.

Fonte: Plano de Manejo do PEIB. Resumo executivo (IEF, 2007, p.7).

MATERIAL E MÉTODOS

Em um primeiro momento foi realizada visita *in loco*, em abril de 2016, com a finalidade de conhecer o local. Após isso, foi feito levantamento bibliográfico e documental que se deu por meio de livros e artigos na área do turismo, meio ambiente, uso público em Unidades de Conservação e o próprio plano de manejo do PEIB.

Na pesquisa bibliográfica digital, foram pesquisados artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre os referidos temas. Para isso, as plataformas como *Google Acadêmico*, *SciELO* e portal de periódicos CAPES foram utilizados como os sítios eletrônicos de busca. *Sites* de órgãos públicos e de Parques também foram consultados, tais como o do próprio Parque de Ibitipoca, além de endereços eletrônicos do ICMBio, do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Ministério do Turismo (MTUR).

O método escolhido para a realização da pesquisa foi de caráter exploratório com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória, segundo Dencker (1998, p.124) tem por objetivo aperfeiçoar ideias ou ter novas percepções. Caracteriza-se por “possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares”. Esse tipo de pesquisa possibilita descobertas por meio da investigação, aproximando mais o pesquisador do objeto pesquisado.

A respeito da metodologia qualitativa, conforme Lakatos e Marconi (2008, p. 269), esta tem o intuito de “analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.”. Na abordagem qualitativa, ao contrário da quantitativa, não são utilizados grandes números de amostras para efeitos de comparações estatísticas, mas sim análises e interpretações dos dados obtidos.

As entrevistas foram semiestruturadas, pois houve um roteiro em que os entrevistados ficaram livres para falar sobre o que desejassem. Para Minayo (2012), esse tipo de entrevista também propicia ao pesquisador um apoio na sequência das questões, além de facilitar a abordagem e assegurar que as hipóteses da pesquisa sejam cobertas na conversa.

Foram realizadas seis entrevistas com moradores dos Moreiras. A escolha dos entrevistados não foi de forma aleatória, já que o que se pretendia era saber como o turismo tem se estruturado no local e como se dá essa relação com a comunidade. Para isso, foram escolhidos proprietários de estabelecimentos comerciais, tais como bares, restaurantes, pessoas que fazem serviços de guias turísticos, mesmo que de modo informal e alguns moradores que não têm contato direto com a atividade.

As entrevistas foram todas realizadas em um único dia, sem agendamento prévio.

Por meio de abordagem informal, os entrevistados aceitaram responder às perguntas após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. As entrevistas foram escritas e gravadas, com a devida autorização dos entrevistados.

Por fim, foram realizadas análise e interpretação dos dados coletados nas entrevistas. Segundo Minayo (2012, p. 80), “na análise o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando as relações entre as partes que foram decompostas”. Já na interpretação, conforme a mesma autora, “buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado”.

Desse modo, para a análise dos dados coletados, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo, que conduz a descrições sistemáticas, podendo estas serem qualitativas ou quantitativas, a fim de que auxiliem na interpretação e compreensão. O material para a análise de conteúdo pode ser qualquer um de origem da comunicação verbal ou não verbal, como entrevistas, filmes, fotografias, entre outros (MORAES, 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da perspectiva de compreender como se dá a interação da Vila dos Moreiras com o turismo, foram realizadas entrevistas com seis amostrados do sexo feminino, com idade entre 23 e 58 anos. Os mesmos foram identificados em ordem numérica de E1 (entrevistado um) a E6 (entrevistado seis), a fim de facilitar a análise dos dados, preservando suas identidades.

Por meio das entrevistas observou-se que o PEIB possui grande representatividade para os moradores do local, mesmo que de forma inconsciente. Quando perguntado o que o PEIB representava para cada um, só houve respostas positivas no que diz respeito à localização do lugar, à receptividade e a renda que o turismo gera. No que se refere à relação com os turistas e os benefícios que a atividade proporciona, o (E1) disse: *“Eu acho que o Parque é uma coisa muito boa, eu sinto feliz, porque através disso traz renda pro lugar, troca de ideia, gente boa, representa coisa muito boa.”* O que pode ser confirmado também pelo (E5): *“Pra mim, já me serviu muito. Porque já vendi muita coisa boa já.”*

Ao perguntar qual é a relação dos moradores da Vila com o PEIB, todos os entrevistados disseram que é boa e associaram imediatamente ao turismo: (E1) *“Eu acho que é bom, eu acho que os vendedor¹ fica tudo satisfeito. Quando os turistas chega a parar, eles ficam tudo satisfeito. Tem a fulana² lá que faz a comida, ela fica feliz quando chega aqueles turista, tem o beltrano³ ali, eles tem restaurante e ficam satisfeito, tem os que vende água ali na frente, todo mundo fica satisfeito.”* (E6) *“É, é boa!”*. (E3) *“Pra mim é bom. (...) Pra te falar a verdade, nunca fui lá.”* (E5) *“Ajuda muito. Mas se um dia falar que vai ter*

1 Buscando ser fiel as informações fornecidas, e respeitando a linguagem utilizadas pelos entrevistados, manteve-se a forma como utilizam o português em todas as falas transcritas.

2 O nome da pessoa foi substituído pela palavra fulana para não expor sua identidade.

3 O nome da pessoa foi substituído pela palavra beltrano para não expor sua identidade.

um turismo bem organizado, vai valer muito.”

Sendo assim, ficou perceptível que os moradores associam o PEIB diretamente com o turismo. Como é uma atividade que está gerando renda e, os comerciantes, em sua maioria, ainda são os próprios moradores, a Vila dos Moreiras não apresenta impactos negativos nesse sentido. Mas o que foi observado a partir dos relatos, é que os mesmos não têm a percepção do patrimônio natural que eles têm tão próximo. Tanto é que alguns deles nunca foram ao PEIB.

Essa interação das comunidades do entorno com o Parque deve ser tratada com mais atenção por parte do poder público e gestores da UC. Quando é afastado o sentimento de alienação no qual uma população não se reconhece em seu bem patrimonial, torna-se mais fácil promover a conservação. Caso contrário, elas podem se sentir excluídas de todo o processo e, à medida que se proíbe o acesso à área de proteção e aos recursos naturais, pode ocasionar certa aversão por parte da comunidade. Kinker (2002), ressalta que cabe aos órgãos do Estado compensar as populações locais de alguma forma por suas eventuais perdas econômicas originadas com a criação de uma área de proteção. Essa compensação pode ser desde a criação de projetos voltados para a educação ambiental, até incentivos e promoção do turismo.

Diante disso, os programas de educação ambiental surgem com o objetivo de formar cidadãos mais conscientes, possibilitando a inclusão da prática de um turismo mais próximo do sustentável, sendo assim, capaz de proporcionar melhorias nos valores e comportamentos dos turistas e das comunidades receptoras e fortalecer a identidade cultural dessas pessoas.

Conforme Ruschmann (1997), a educação para o turismo praticado em meio à natureza deve ser desenvolvida por meio de programas não formais, estimulando os cidadãos, turistas e moradores a participarem de forma mais consciente em relação à proteção do meio ambiente, de modo que essas ações sejam refletidas em seu cotidiano, tornando-se um hábito. O que vem a ser confirmado por Simiqueli (2008), quando diz que a educação ambiental juntamente com o ecoturismo, tem papel fundamental na sensibilização, conscientização, estímulo à participação social e construção de sujeitos com pensamentos ecológicos.

Ao questionar o que atrai os turistas para a Vila e quais atrativos eles visitam, foram unânimes as respostas: Serra da Água Santa e a queda da Cachoeira da Janela do Céu. Isso vem a se confirmar também no *site* do Parque, onde há um conteúdo sobre a Vila dos Moreiras e os dois atrativos turísticos. Duas pessoas ainda tiveram algo mais a acrescentar: (E4) *“Aqui nos Moreiras o que atrai os turistas é a Água Santa e a Janela do Céu na parte de baixo. E agora a sicrana ⁴, né? Porque a TV Integração tá vindo direto entrevistar ela.”* (E5) *“(...) Janela do Céu. O rapaz que passa lá em casa, todos os três que passam lá, fala assim, que o que atrai eles é as coisas diferentes. Porque lá eles apanham as frutas no pé*

4 O nome da pessoa foi substituído pela palavra sicrana para não expor sua identidade.

pra comer.”

Por meio das entrevistas foi constatado que grande parte dos turistas que visitam os Moreiras são visitantes do PEIB. Eles tomam conhecimento dos atrativos em Conceição do Ibitipoca, distrito de Lima Duarte, e chegam à Vila em carros próprios ou veículos alugados (com tração nas quatro rodas). Todos os entrevistados disseram que os turistas que chegam à Vila, são visitantes do Parque: (E1) *“Geralmente eles chegam em Ibitipoca e vê falar da Serra da Água Santa e já vê falar da Janela do Céu daqui de baixo, aí a maior parte já pega, já deixa o carro deles, e já vem no carro deles lá do Ibitipoca, aquelas Land Rover deles lá. Principalmente pra essa Serra daqui. (apontando para a Serra da Água Santa) Pra essa aqui da Janela do Céu, às vezes eles tentam vir nos carros deles mesmo e deixa cá na portaria, depois eles “anda” a pé lá mais 2 km lá dentro da mata.”* (E2) *“Geralmente vem de carro próprio, vem de jipe também quando eles vão pras cachoeiras. Mas muitos também vem passear, andar, conhecer.”*

No que tange aos impactos gerados pelas atividades turísticas, sabe-se que o turismo é capaz de gerar tanto impactos positivos, quanto negativos. Para isso, foram realizadas perguntas sobre esses dois tipos. Ao perguntar se tal atividade traz benefícios para a comunidade, todos os entrevistados afirmaram que sim. Juntamente à produção leiteira, são as principais fontes de renda dos moradores da Vila: (E2) *“Pros Moreiras é muito bom ué! Pra gente aqui já mudou, já modificou, já tá ajudando. pra você ver, a fulana vive ali né, a base do turismo, vai gente ali direto.”* (E3) *“Traz muito. Eu vivo disso”.* (E6) *“Enquanto estiver dando certo igual tá, é bom né? Se um dia a gente passar não agradar, aí fecha as portas né?”*

O (E4) não trabalha com turismo, porém tem a mesma percepção: *“É bom. Eu acho bom. (...) E quem tem bar, que mexe com bar de todo jeito acaba lucrando um cadinho. É nós que não quer trabalhar, pra te falar a verdade, eu que não quero. Porque se eu pegar isso aqui que eu faço, esses crochês aqui e colocar lá embaixo, eles compram.(...) e doce caseiro também, se pegar o leite e fazer o doce, eles adoram. Doce, queijo... eles adoram isso daí, tudo que fizer vai.”*

O turismo enquanto atividade capitalista, na maioria das vezes é visto apenas sob a perspectiva econômica. Portanto, é comumente observado o uso de incentivos fiscais e obras públicas para atrair investimentos externos, que visam somente ao crescimento econômico. Quando as obras são voltadas para a infraestrutura do local, como saneamento, pavimentação, sinalização, entre outros, traz melhorias para o lugar. Mas na maior parte das vezes, não há planejamento adequado para a implantação de uma infraestrutura turística, nem estudo sobre o impacto ambiental e consulta prévia à população local (BOTELHO; DAIBERT; MORAES, 2006).

No que diz respeito aos empreendimentos turísticos e os autóctones, Krippendorf (2001) enfatiza que essas relações são claramente segregadoras: os autóctones, em sua grande parte, não possuem condições financeiras de manter um empreendimento, dessa

forma vendem seus imóveis e terrenos por valores ínfimos para investidores externos. Aqueles que permanecem no local ficam à parte nesse processo de desenvolvimento, ou quando participam, é em troca de mão de obra barata.

Desse modo, quando foram perguntados sobre os impactos negativos gerados, todos responderam que até agora não existe. Apenas uma pessoa identificou dois pontos negativos que surgiram a partir do aumento do fluxo turístico. O entrevistado 4, diz que após a chegada dos turistas os preços dos terrenos aumentaram significativamente em relação há alguns anos atrás. Também comentou sobre o comportamento de alguns turistas na estrada: (E4) *“Tipo assim, esses negócios de lote mesmo. As coisas encareceram demais e tipo assim, você anda na estrada, você não anda mais à vontade não. Tipo assim, se eu tô com camisa de time, não posso andar com ela em época de feriado não. Já saí com camisa assim e já fui xingada. Meu irmão já saiu com a dele, também foi xingado. Se for andar com ela, anda aqui dentro da rua. Se for andar na estrada, não é muito bom pôr não. (...) a gente assusta né? Pode tá brincando, mas eu não conheço quem tá dentro do carro. Ele pode tá brincando por bem, ou pode tá brincando por mal. Aí então eu evito.”*

A partir desses relatos pode-se perceber que mesmo que o turismo ainda se dê de uma forma incipiente, já podem ser observados os impactos negativos latentes na Vila. Neste sentido, cabe aos órgãos responsáveis dar mais atenção à forma como a atividade tem se desenvolvido, para que, com isso, possa ser traçado um planejamento turístico junto à comunidade local.

Ao questionar sobre o que eles acham dos turistas e como estes se comportam, todos elogiaram: (E2) *“Ah, na maioria são pessoas muito bacanas, sabe? muito educadas.”* (E3) *“Muito bom! Ih, adoro eles! (...) tantos os turistas, os guias, tudo legal.”* (E5) *“Até aqui pra mim foi ótimo, nunca tive aborrecimento nenhum. Eu nunca tive problema nenhum. Já teve de chegar vinte pessoas lá em casa e nenhuma me aborreceu, graças a Deus, ainda bem. Tava eles lá todo felizes, alegres, e eu também, toda satisfeita.”* O entrevistado 4 acrescenta: *“Só aconteceu aquela vez de mexer na estrada por causa da camisa de time né? Mas é bom. É bom que movimenta o lugar também né? (...) vem turista aqui, as criancinhas dos Moreiras, eles ganharam presente o ano inteiro. Vem turista aqui, vê aqui como que tá o lugar, gosta do lugar, aí conversa ali na fulana ⁵, ela dá o número de quantas crianças tem, aí vão e dá um agradinho pra eles. Aí chamam eles no carro lá, lá na caminhonete, entregam presentinho pra cada um e tá feito. Isso foi feito no mês de novembro, no Natal veio outra mulher, outra turista, também veio e deu.”*

Um ponto importante a ser mencionado quando se trata de turismo são os apoios governamentais, pesquisas, parcerias com instituições de ensino e incentivos públicos e privados. Estes são indispensáveis para a divulgação do destino, qualificação do serviço oferecido e desenvolvimento local.

O fomento à atividade turística pode ser dado de várias formas: redução ou isenção

⁵ O nome da pessoa foi substituído pela palavra fulana para não expor sua identidade.

por período determinado de ISS ou IPTU, linhas de financiamento, capacitação de recursos humanos, investimentos em infraestrutura básica, campanhas de divulgação do destino, entre outros (IGNARRA, 2001).

Verificou-se que houve uma tentativa de incentivo por meio de cursos oferecidos pela prefeitura, e em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Dos cursos mencionados, foram mais citados os de artesanato, culinária, e treinamento de Turismo Rural, a arte de conduzir em trilhas e roteiros.

Quando foi perguntado se existia algum tipo de incentivo para o desenvolvimento do turismo (público ou privado), nem todos souberam responder: (E1) *“Tem um ano atrás aí que o prefeito trouxe um curso acho que lá de BH, ensinou umas aí a fazer artesanato, foi umas cadeirinhas de bambu (...) o SENAR também veio procurar nós, foi pela prefeitura”.* (E5) *“A única coisa que a prefeitura deu que ajuda, foi esse prefeito novo que tá lá agora, ele deu muito curso bom, de graça pro povo, sabe? Então mandou o SENAR vir. Eu mesma fiz um daquele de bambuzinho, aprendi a fazer cadeira (...) fez culinária, fez costura, deu curso de motosserra, de trator.”*

Mesmo sabendo que alguns dos entrevistados têm contato diretamente com os turistas, foi perguntado se eles têm vontade de trabalhar em alguma atividade relacionada ao turismo. A finalidade da pergunta era saber se existe algum projeto ou perspectiva de incremento da atividade na Vila. Pelas respostas ficou nítido que existe o interesse em mantê-las e há possibilidade de novos empreendimentos: (E2) *“Eu tenho interesse, tenho intenção. Eu comprei uma casa ali embaixo, só que né, primeiro a gente tem que organizar. Igual eu te falei, fazer uma piscina, por uns cavalos mansinhos lá pra alugar pro final de semana, entendeu? Mas primeiro tem que dar uma reforma.”*

(E1) *“Vender as coisas aqui, um frango a molho pardo, pão de canela, doce caseiro. É, guia turístico (...) Eu queria fazer uma área de acampamento ali. Aí o prefeito tá arrumando os calçamentos aqui na rua né? aí eles pegaram e tá pondo os materiais ali. Mas enquanto eles não tirar tudo e fazer essas ruas aí não tem como a gente desenvolver.”*

Para os outros entrevistados, a forma como está sendo conduzida está boa, mas não descartam a possibilidade de vir a trabalhar com outra atividade: (E4) *“Eu porque não tenho tempo. Mas se um dia eu parar e não quiser trabalhar mais, eu posso partir pro lado do turismo que eu ganho dinheiro do mesmo jeito.”* (E5) *“Não, minha vontade é só fazer, assim, o que eu já faço, sabe? O artesanato, doce. Se eu vender, vendi, se não vender não tô devendo.”* (E3) *“Não, não. Isso aqui já tá muito bom. (...) eu também faço biscoito pra vender na vila, lá em Ibitipoca.”* (E6) *“Aqui nos Moreiras, por enquanto só o restaurante, né?”*

Por fim, com o intuito de saber a opinião de cada um sobre a realidade do local no que diz respeito ao turismo, foi questionado sobre o que deveria ser feito para atrair mais turistas. A maioria dos entrevistados não soube responder. Eles sabem que precisa melhorar, mas não sabem como fazer isso. Para o entrevistado 5 é a falta de atrativo,

segundo ele: “*Eu nem sei né, porque lá em Ibitipoca tem muita atração, o que vem pra cá é os que sobra né?*” Depois acrescenta, “*o que atrapalha o turismo é o preço que estão cobrando para entrar na Janela do Céu e a pousada. Os turistas chegam lá e voltam tudo pra trás*”. O entrevistado 2 também comentou sobre o valor cobrado: “*Ali na Água Santa eles desmancharam o quiosque que tinha lá. Era bonitinho. Aí eles vão pra Janela do Céu e voltam tudo por causa do preço. Eles vão até lá e voltam*”. Mas sobre o que deveria ser feito para atrair os turistas, acrescenta:

“Eu acho que aqui tá faltando o artesanato que não tem, entendeu? É... mais produto caseiro. O que poderia tá atraindo turista? se tivesse um lugar bonito, com piscina natural, cavalos pra eles andar.”

Portanto, a partir da análise das entrevistas, respaldada pela revisão literária, ficou claro que para se estabelecer o desenvolvimento local a partir do seu uso turístico é imprescindível a realização de pesquisas e planejamento da área com o objetivo de estudar os impactos das atividades, procurando minimizá-los ao máximo quando negativos, e potencializá-los no que diz respeito ao retorno que trará ao meio ambiente e à comunidade.

Para isso, é importante que se busque exemplos de comunidades que vivem próximas a Áreas Protegidas e que têm o turismo como fonte de crescimento econômico, pois por meio do desenvolvimento local consegue-se promover a conservação ambiental, identidade cultural, desenvolvimento participativo, e melhoraria da qualidade de vida dos envolvidos (BARBOSA, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das entrevistas junto à realidade do local e a teoria estudada, ficou perceptível que o turismo interfere diretamente na dinâmica socioeconômica local e que os turistas que chegam até a Vila são visitantes do PEIB.

Verificou-se que as maiores fontes de renda do lugar são o turismo e a produção leiteira, sendo assim, existe a possibilidade de expansão desse segmento. Por se tratar de uma atividade ainda incipiente, o local não dispõe de infraestrutura apropriada e, dessa forma, os visitantes buscam esses serviços em Conceição do Ibitipoca, por atender de forma adequada à demanda turística e estar próximo ao Parque.

Também foi constatado que ainda não há impactos negativos de maiores proporções gerados pelas atividades turísticas. O que pode ser observado é que já ocorre especulação imobiliária, os terrenos aumentaram significativamente seus valores e as pessoas que ali moram tem consciência que essas alterações estão ligadas ao turismo. Este é um fator que futuramente poderá vir a causar maiores danos, sobretudo se começarem a vender suas casas e lotes para empreendedores exógenos. Também foi mencionado pelos próprios moradores o alto valor cobrado no que se refere à visitação em um dos atrativos e à hospedagem, fator que tem repellido muitos turistas, já que estes não estão dispostos a

pagar tal valor.

Percebeu-se pelos relatos dos entrevistados, que não há efetiva integração do Parque com a comunidade do seu entorno, embora esteja como proposta no plano de manejo. A maioria dos entrevistados nunca visitou o PEIB, o que demonstra certo afastamento sobre o fato de ser vizinho de uma Área Protegida. Eles acham bom pelo motivo de atrair turistas para a Vila, mas não existe um sentimento de pertencimento ao local.

É de suma importância que haja maior interatividade do PEIB com as comunidades do seu entorno, em especial, a Vila dos Moreiras. Palestras, minicursos, atividades de educação ambiental e passeios guiados até o Parque são propostas que incentivam o conhecimento e desenvolvem o sentimento de pertencimento e a identidade cultural dessas pessoas.

Um ponto observado a partir das entrevistas foi a falta de percepção de se trabalhar em conjunto. Para se desenvolver o turismo em qualquer localidade é fundamental que haja planejamento e consonância entre as partes envolvidas. Dessa forma, se faz necessário um agente articulador entre o poder público, o Parque e a comunidade. Participação social, organizações comunitárias, associações, são ações que desenvolvem a consciência coletiva e o empoderamento dos indivíduos.

Outro aspecto importante seria definir quais os segmentos turísticos podem ser desenvolvidos na região, pois a partir das entrevistas, além do ecoturismo e turismo de aventura foi vislumbrada a possibilidade de mais dois segmentos: turismo rural com visitação em fazendas, visto que há algumas no local; e turismo de base comunitária, desde que seja estimulado o trabalho em cooperativismo.

Portanto, como proposta, sugere-se ações de intervenções para os gestores públicos e o próprio PEIB, junto às instituições de apoio científico, empresas privadas e a população local, com a finalidade de estimular a atividade turística na região. Esse apoio às comunidades é fundamental, pois além de desenvolver campanhas de conscientização, também incentiva o desenvolvimento das atividades culturais locais, como artesanato e comidas típicas, capacitação de recursos humanos, captação de investidores privados interessados no desenvolvimento sustentável, entre tantas outras atividades que possam ser continuadas e aprimoradas. A melhor maneira de promover isso seria buscando exemplos de áreas similares que utilizam o turismo como forma de divulgação, conservação e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. F. **O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional**. Revista on line Caminhos de Geografia, Uberlândia, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15380/8679>> Acesso em: 04 jan. 2018

BENI, M, C. **Análise Estrutural do Turismo**. 5. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BOTELHO, E. S.; DAIBERT, A.; MORAES, E. A. **Inclusão social e turismo: desafios e possibilidades.** In: II Seminário Áreas Protegidas e Inclusão social, 2006, Rio de Janeiro. Anais do II Seminário Áreas Protegidas e Inclusão social. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu/20509586/INCLUS%C3%83O_SOCIAL_E_TURISMO_POSSIBILIDADES_E_DESAFIOS> Acesso em: 04 jan. 2018.

BRASIL – Governo Federal. **Lei nº 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.** 18 de julho de 2000.

CHAPE, S.; SPALDING, M.; JENKINS, M. The world's protected areas: status, values and prospects in the 21st century. **Berkeley: University of California Press**, 2008.

CIRCUITO DE MINAS - CULTURA E TURISMO. Disponível em: <<https://circuitodeminas.com.br/vila-moreiras-mg/>> Acesso em: 02 dez. 2017.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** 8. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente.** São Paulo: Roca, 2002.

GOOGLE MAPS. Disponível em: < <https://goo.gl/Fa5qpA>> Acesso em: 02 dez. 2017.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** São Paulo: Pioneira, 2001.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs.html>> Acesso em: 03 fev. 2022.

IEF- INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Ibitipoca.** Resumo Executivo. Belo Horizonte, 2007.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas, SP: Papiros, 2002.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens/ Jost Krippendorff; [tradução Contexto Traduções].** São Paulo: Aleph, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil.** Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2018.

MENEZES, B. F. R. **Ecoturismo em Unidades de Conservação.** In: Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. 2015, Niterói, RJ. *Anais...* Niterói: UFF, 2015. p. 243-251.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, V. 22, n. 37, p. 7-32, mar. 1999.

PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA. Disponível em: <<http://www.ibitipoca.tur.br/>> Acesso em: 02 dez. 2017.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANTOS, M. C. C. A. **A Mercantilização da Paisagem Natural nos Parques Nacionais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. 2014. 320 f. Dissertação (Doutorado em geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SALVIO, G. M. M.; et.al. Sistemas estaduais de unidades de conservação do Brasil. R. **Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 16, n. 39, p. 113-131, jan/mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/8978>. Acesso em: 15/11/2021.

SIMIQUELI, R. F. **Perspectivas para a conservação do Parque Estadual do Ibitipoca – MG**: participação social, avaliação, manejo e percepção ambiental. 2008. 158 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.



